



PROVAS ESCRITAS ADAPTADAS PARA ALUNOS SURDOS: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA E INTÉRPRETES DE LIBRAS DO IFPB

Samara Caroline de Oliveira Braiane¹
Rebeka Moreira Monteiro do Nascimento²
José Edmilson Freitas de Souza Junior³
Niely Silva de Souza⁴
Flávia Márcia de Sousa Tavares⁵

RESUMO

É de extrema importância o ensino bilíngue na educação dos surdos, onde a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é tida como a primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como a segunda língua (L2). Pois é dessa forma, com o uso da L2, que o processo avaliativo feito com as provas escritas adaptadas se torna possível. No entanto, em uma pesquisa realizada no IFPB verificou-se que, os alunos surdos apresentaram grande dificuldade na leitura e interpretação de textos e não costumavam ter avaliações adaptadas de acordo com sua deficiência, mesmo sendo um direito respaldado pela Lei nº 13.146 que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”. Com isso, esse trabalho objetiva abordar os resultados de uma pesquisa realizada com as professoras de Biologia e Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) dos campi Cabedelo e Santa Rita, sobre a elaboração e a utilização de provas escritas adaptadas para alunos surdos no Ensino Técnico Integrado ao Médio. Para isso, esta pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB e após isso foi aplicado um questionário no Google Forms aos participantes. Dessa forma, constatou-se que a maioria das professoras elaboram provas escritas adaptadas, no entanto, grande parte dos TILS não as consideram adequadas. Portanto, apesar de colocarem em prática esta adaptação, ela encontra-se falha, sendo necessário que haja um guia metodológico para auxiliar a elaboração destas provas.

Palavras-chave: Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, Professores de Biologia, Provas Escritas Adaptadas, Inclusão, Ensino de Biologia.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, samara.braiane@academico.ifpb.edu.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, rebeka.nascimento@academico.ifpb.edu.br;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, junior.freitas@academico.ifpb.edu.br;

⁴ Especialista em LIBRAS e Educação pela Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC, niely@ifpb.edu.br;

⁵ Professora orientadora: Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, flavia.sousa@ifpb.edu.br.



INTRODUÇÃO

A humanidade atualmente passa por um período de muitas incertezas. Por isso, tratando-se do campo educacional, a escola é um espaço aberto que está diretamente conectado ao mundo, devendo ser um ambiente capaz de ponderar as linguagens em sua forma múltipla, norteadas por uma educação pluralista. Sendo assim, diante dos novos paradigmas sociais e educacionais, ela precisa rever seus métodos de ensino e buscar novas estratégias que permitam a qualquer indivíduo crescer e aprender no convívio com outras pessoas (PIRES, 2016).

Dessa forma, a educação deve ser inclusiva e para regulamentar isso, foi criada a lei de nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No primeiro parágrafo do art. 58 afirma que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Assim, os alunos surdos estão legalmente amparados de seus direitos para uma educação adequada.

Nesse sentido, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) apoia a filosofia do bilinguismo, que tem como objetivo principal o ensino bilíngue para alunos surdos, onde no processo educativo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) seja tida como a primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como sua segunda língua (L2) (BRASIL, 2020). Dessa forma, as línguas se completam, a L1 serve para identificação, instrução e comunicação, já a L2 é utilizada na modalidade escrita, assim, possibilita aos surdos o acesso à informação, conhecimento e cultura (PEREIRA; VIEIRA, 2009).

1.1 Leitura e escrita para pessoas surdas

Mallmann et al., (2014) relata que por conta dos alunos surdos apresentarem dificuldades de leitura, escrita e de comunicação, os professores tendem a vê-los como sujeitos incapazes de avançar no seu grau de escolaridade. Com isso, se limitam em acreditar que estão lidando com sujeitos fluentes em LIBRAS e que precisam de metodologias excepcionais para conseguir cumprir a proposta da escola inclusiva. No entanto, Tenor et al. (2009) mostra que a maioria das crianças surdas em idade escolar no Brasil não tem domínio de uma língua específica, seja ela oral ou de sinais.

De tal modo que, quando não se há uma primeira língua para significar o ambiente ao seu redor, torna-se muito mais complexa a aquisição do português escrito, porque a leitura



essencialmente favorece a codificação e não a compreensão das palavras. Dessa forma, parte dos estudantes, sejam surdos ou ouvintes, podem apresentar dificuldades de interpretação de textos, pois aprendem palavras soltas (LODI, 2005).

Para obter êxito neste quesito, é necessário que os alunos surdos adquiram a língua de sinais para assim iniciar o desenvolvimento da linguagem escrita:

[...] É imprescindível ressaltar que o surdo precisa desenvolver uma língua efetiva, e, para que isso ocorra, é necessário que as experiências escolares oferecidas a ele privilegiem não apenas a língua de sinais, mas também os aspectos discursivos da escrita, já que esses são fundamentais para que qualquer sujeito, surdo ou ouvinte, se constitua como falante, leitor e escritor, realizando um trabalho que proporcione a reflexão sobre o uso da linguagem oral, escrita e da língua de sinais (GUARINELLO; MASSI; BERBERIAN, 2007, p. 209).

Sendo assim, apesar de um surdo não ter adquirido a LIBRAS de forma introdutória, é através dela que ele se comunica em sua comunidade, para que possa se desenvolver profissional e socialmente (FARIAS; LIMA, 2018). Além disso, através do uso da L1 que se dará o aprendizado da L2, o português, língua utilizada na modalidade escrita, inclusive nos processos de avaliações no meio escolar.

1.2 O processo de avaliação

Antes de avaliar, é necessário diagnosticar o aluno e, durante esse processo, Luckesi (2000) afirma que existem três pontos básicos a serem considerados: dados relevantes, instrumentos e a utilização desses instrumentos. Dessa forma, ele aponta que os instrumentos de avaliação da aprendizagem devem ser os mais adequados para a coleta de dados, sendo capazes de analisar o tipo de conduta e de habilidade que estamos avaliando, de acordo com os conteúdos que foram cobrados nas aulas, trabalhando com a linguagem adequada à comunicação daquele educando, de forma clara e coerente ao processo de aprendizagem dele, reforçando aquilo que já foi aprendido.

Ainda de acordo com o autor, na maioria das vezes, os educandos são hábeis, porém, os instrumentos de coleta de dados não são adequados e, por isso, criam o julgamento de que os alunos são incompetentes. No entanto, o defeito muitas vezes está no instrumento e não no desempenho, pois bons instrumentos são condições de uma prática satisfatória de avaliação na escola. Portanto, é necessário saber analisar criticamente se o método que está sendo praticado em sala de aula é o excludente, destinado a apenas classificar os estudantes, ou se ele é feito pensando em reconhecer as suas dificuldades e, através disso, analisar a melhor forma de solucionar esses problemas encontrados.



Além disso, um estudo feito por Sousa e Melo (2016) com alunos surdos do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) verificou-se que, estes alunos apresentaram uma grande dificuldade na leitura e interpretação de textos e não costumavam ter avaliações adaptadas de acordo com sua deficiência. Também ressaltaram que os professores e gestores da instituição, em sua maioria, não compreendiam suas particularidades enfrentadas para que o processo de ensino-aprendizagem fosse eficaz.

1.3 A legislação brasileira e o estudante surdo

O atual cenário da educação para pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) é majoritariamente excludente às políticas públicas, sendo essa uma das razões pelas quais o processo de inclusão foi impulsionado nas últimas décadas. Quando trata-se da educação inclusiva para surdos, estes estão e devem estar nas escolas regulares em todos os seus níveis, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011).

Durante muitos anos, os surdos foram excluídos da sociedade, mas passaram a ser aceitos e incluídos diante de várias leis e decretos. Uma dessas é a Lei de nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, em seu Art. 54 estabelece diretrizes para a educação inclusiva.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

O inciso III surge com uma proposta inclusiva e inovadora, estabelecendo o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência física, e assim oferecendo atendimento e currículo que atenda as necessidades desses estudantes na rede regular de ensino.

Apesar disso, foi somente em 6 de julho de 2015 com a Lei nº 13.146 que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” que os alunos surdos tiveram seus direitos legalmente reconhecidos para obter uma avaliação adaptada à sua necessidade. Com isso, é perceptível que esta mudança é recente, necessitando de um maior reconhecimento da população em geral, para diante disso se tornar uma realidade aplicada em todos os níveis de



escolaridade. Dessa forma, é fundamental que haja uma intervenção no âmbito educacional, para que os alunos surdos não sejam prejudicados em seu processos avaliativos.

Diante do exposto, sobre o processo avaliativo, a atual Legislação Brasileira e alguns relatos adquiridos durante a vivência como monitora da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do campus Cabedelo, foi possível perceber que os alunos surdos sentem dificuldade em seus processos avaliativos no ensino superior, algo recorrente também no ensino médio. Além disso, alguns professores do curso relataram ter dificuldade em elaborar provas escritas adaptadas para estes estudantes, alegando não se considerarem capacitados. Com isso, este trabalho objetiva abordar os resultados de uma pesquisa integrada a um projeto desenvolvido no edital do INTERCONNECTA, 2020. A pesquisa foi realizada com as professoras de Biologia e Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) dos campi Cabedelo e Santa Rita sobre a elaboração e a utilização de provas escritas adaptadas para alunos surdos no Ensino Técnico Integrado ao Médio relacionada à disciplina de Biologia.

METODOLOGIA

Esta pesquisa está em processo de desenvolvimento, tendo sido iniciada de forma remota em decorrência do distanciamento social gerado pela COVID-19. Dessa forma, ela está sendo realizada nos cursos do Ensino Técnico Integrado ao Médio do IFPB na disciplina de Biologia, nos campi: Cabedelo e Santa Rita. Sendo assim, este artigo apresenta os resultados da pesquisa que envolve as professoras de Biologia e os Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS).

2.1 Abordagem da pesquisa

Foi utilizada uma abordagem mista, combinando e associando as formas quantitativas e qualitativas. A expectativa de se utilizar essa abordagem foi para que os dados qualitativos e quantitativos em conjunto buscassem estabelecer uma relação complementar entre si, posto que, a pesquisa qualitativa utiliza uma metodologia não-estruturada e exploratória, enquanto que a quantitativa busca quantificar os dados. Diante disso, essas duas abordagens trabalhadas em conjunto proporcionam uma contextualização do problema quantificando de forma



estatística (MALHOTRA, 2001). Dessa forma, proporciona uma análise mais completa e precisa na busca de descrições e explicações para a realidade.

2.2 Procedimentos Metodológicos

Sendo assim, na análise quantitativa foi averiguada o número de TILS que atuam e de professoras da disciplina de Biologia nos campi em questão. Já para a análise qualitativa, foram investigadas as perspectivas do público da pesquisa a respeito das provas escritas adaptadas para alunos surdos na referida disciplina. Desse modo, foram desenvolvidos questionários online através do Google Forms para obter ambos dados. A partir das respostas coletadas, elas foram agrupadas em categorias criadas pelos autores deste trabalho. Em seguida, foram elaborados gráficos com o intuito de facilitar a visualização destas categorias.

2.3 Aspectos Éticos

Antes da realização da pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB e adaptado para as atuais questões do isolamento social. Após sua aprovação, foram iniciadas as coletas de dados. Destacamos que os dados coletados foram obtidos após permissão dos gestores de cada campi através do um Termo de Anuência (TA). Quanto aos sujeitos da pesquisa, TILS e professoras, o mesmo procedimento de permissão foi realizado ao assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi anexado ao Google Forms, informando que eles participariam como voluntários na pesquisa, tendo garantido o total sigilo e proteção de sua identidade. Dessa forma, o cronograma proposto não previu nenhuma atividade que proporcionasse algum tipo de periculosidade aos sujeitos da pesquisa, respeitando a integridade física e moral destes.

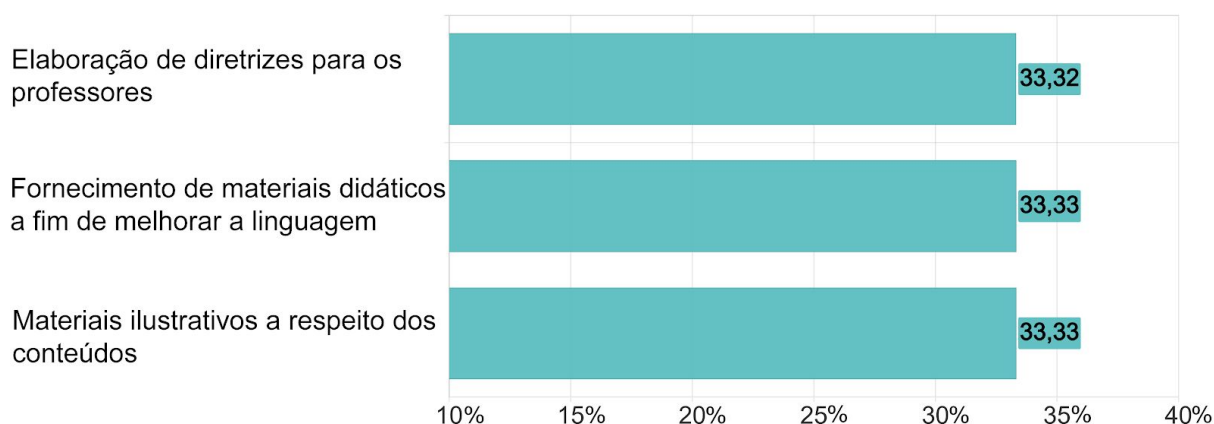
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo aborda os resultados de uma pesquisa feita a partir de um questionário no Google Forms, sendo esta realizada no IFPB nos campi Cabedelo e Santa Rita. Com relação aos docentes, foram convidadas para participar as três professoras ministrantes das aulas de Biologia para os discentes surdos, sendo uma do campus Cabedelo e duas do campus Santa Rita, no qual todas responderam a pesquisa. Já com relação aos TILS, foram convidados dez intérpretes atuantes nas aulas de Biologia, sendo quatro do campus Cabedelo e seis do campus Santa Rita, dentre os quatro de Cabedelo um não respondeu a pesquisa.



Um das perguntas feitas às professoras no questionário foi sobre a opinião delas acerca da necessidade de adaptação curricular para os alunos surdos, se achavam que havia essa necessidade ou não, no qual todas responderam que sim, totalizando 100%. Diante disso, foi questionado como tal adaptação poderia ser feita, onde cada professora citou em suas respostas diferentes alternativas, a primeira seria a elaboração de diretrizes para os professores, a segunda seria o fornecimento de materiais didáticos, a fim de melhorar a linguagem e a terceira seria a utilização de materiais ilustrativos a respeito dos conteúdos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Alternativas apontadas pelas docentes sobre adaptação curricular.
Como a adaptação curricular poderia ser feita?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Estas considerações são válidas e importantes, uma vez que, são propostas de adaptações curriculares que favorecem o aprendizado do aluno surdo, assim como propõe as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica do Brasil, que estabelece em seu Art. 8. As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: “[...] III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados [...]” (MEC, 2001).

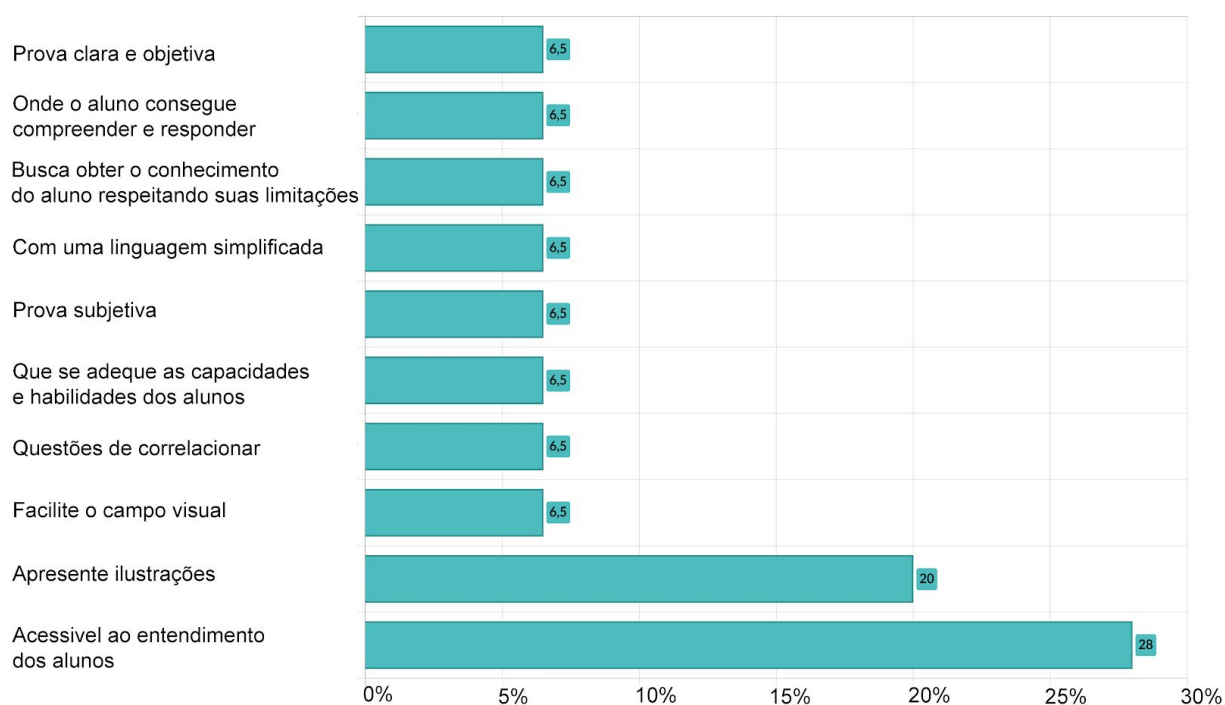
Repensar o currículo é importante para assegurar uma maior igualdade entre os alunos e o respeito às suas características específicas, isso porque o principal objetivo da inclusão não é possibilitar que os alunos com deficiência tenham acesso ao currículo comum dos demais alunos, mas sim um próprio direcionado a sua necessidade (SOUSA, 2014).

Uma pergunta feita para os TILS foi sobre o que no entendimento deles era uma prova adaptada, onde a maioria (28%) respondeu que é uma prova acessível ao entendimento dos



alunos, seguido de provas que apresentem ilustrações (20%), outras respostas também citadas foram: provas que facilitem o campo visual, com questões de correlacionar, que se adequem às capacidades e habilidades dos alunos, prova subjetiva, com uma linguagem simplificada, busca obter o conhecimento do aluno respeitando suas limitações, onde o aluno consiga compreender e responder e prova clara e objetiva, no qual cada uma destas citadas representam 6,5% das respostas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Definição de provas escritas adaptadas sob a perspectiva dos TILS.
O que é uma prova escrita adaptada no seu entendimento?

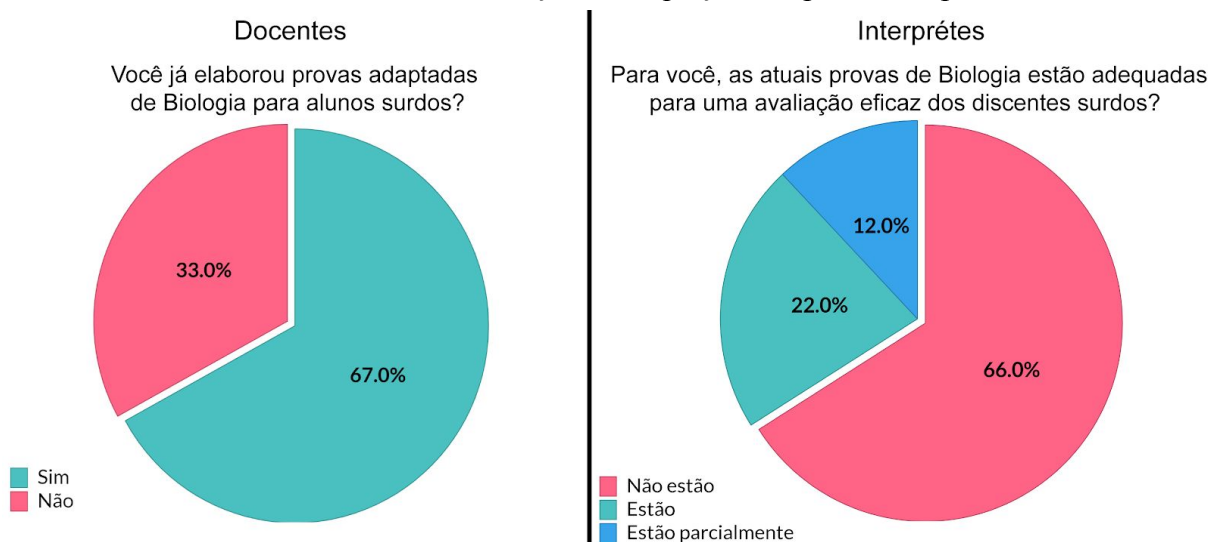


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Este julgamento feito pelos TILS está de acordo com a avaliação da aprendizagem proposta por Luckesi (2000), onde ela deve ser inclusiva e construtiva, diferente de como são os exames, que no geral são excludentes e classificatórios. Dessa forma, as provas escritas adaptadas podem ser capazes de contemplar as especificidades do aluno surdo, de modo a enaltecer seus níveis de conhecimento.

Com relação à elaboração das provas adaptadas, a maioria das professoras (67%) informou que já elaborou este tipo de prova, enquanto que 33% informou que não. Em contrapartida, os TILS quando questionados sobre sua perspectiva das atuais provas de Biologia, 66% informaram que estas provas não estão adequadas para uma avaliação eficaz dos discentes surdos, 22% afirmou que estão adequadas e 12% disse talvez (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Sobre a elaboração e adequação das provas adaptadas.



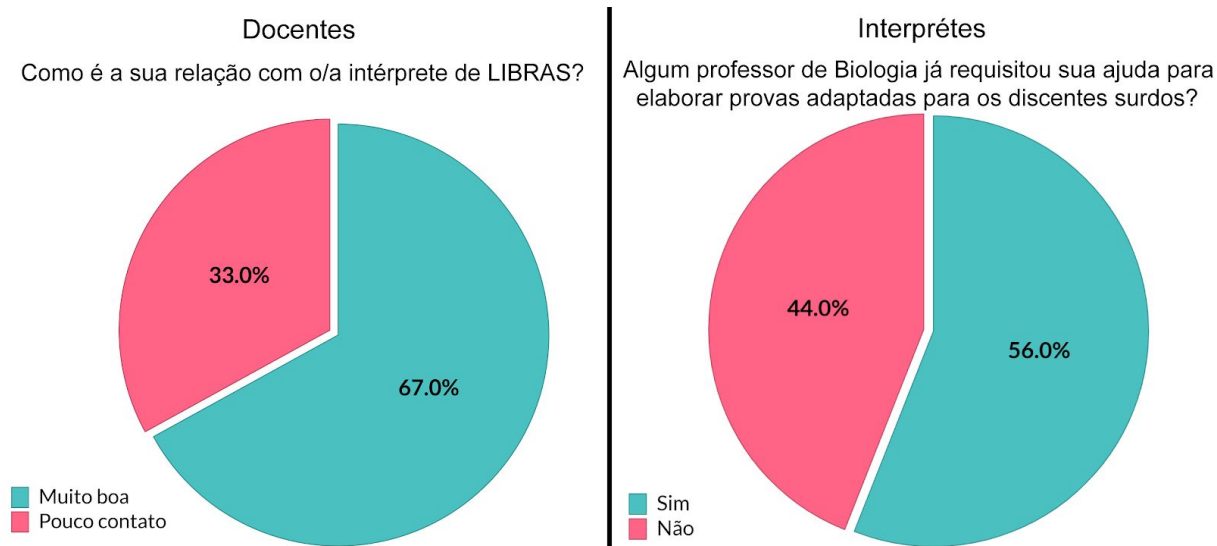
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A adaptação de provas para alunos com deficiência está prevista na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, onde aborda em seu Art. 30 inciso III a disposição de provas adaptadas de acordo com a deficiência do candidato. Apesar disso, a maioria dos intérpretes afirmou que as atuais provas não estão adaptadas, para que isso venha a mudar, é necessário que as avaliações valorizem a bagagem de conteúdo que o aluno possui e suas tentativas de elaborar respostas, mesmo que as palavras não estejam escritas corretamente ou de modo coerente com as normas da língua portuguesa.

Ainda sobre a elaboração das provas, 56% dos intérpretes afirmaram que já foram procurados pelos professores de Biologia para auxiliar nas elaborações de provas adaptadas e 44% não foi requisitado, por outro lado, as professoras foram questionadas sobre sua relação com os TILS, 67% delas afirmaram ter uma relação muito boa e 33% disse ter pouco contato (Gráfico 4), isso explica a não requisição dos intérpretes para a elaboração das provas avaliativas.



Gráfico 4 – A relação das professoras de Biologia com os/as intérpretes e a requisição de ajuda para elaborar provas adaptadas para os discentes surdos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O fato do pouco contato entre docentes e TILS, acarreta na privação de uma comunicação que possa auxiliar no processo de elaboração de provas adaptadas. Oliveira e Benite (2015) afirmam que as professoras e os TILS são os responsáveis por mediar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, dessa forma, é essencial que haja uma boa comunicação entre ambas as partes, pois a mediação é considerada uma prática de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados alcançados, constatamos que no IFPB nos campi Cabedelo e Santa Rita a maioria das professoras de Biologia realiza provas adaptadas para alunos surdos em sua disciplina. No entanto, grande parte dos TILS não considera que essas provas estão adequadas para a avaliação dos discentes surdos.

Referente a relação entre os professores de Biologia com os TILS, averiguou-se que é muito boa e esses intérpretes são em sua maioria requisitados para ajudar na elaboração das provas, sendo esse o ideal, uma vez que, os intérpretes são os profissionais mais próximos desse público, conhecendo suas necessidades e limitações.

Portanto, é necessário que haja um guia metodológico que auxilie a elaboração das provas escritas adaptadas, priorizando a utilização de imagens, questões objetivas e de



correlacionar, que se adequem as capacidades do aluno, assim, poderá ser uma avaliação amorosa e inclusiva, como é dito por Luckesi (2000).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal da Paraíba e a chamada do edital INTERCONECTA 2020 pelo recurso financeiro para o desenvolvimento deste projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 fev. 2020.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 fev. 2020.

_____. **Instituto Nacional de Educação de Surdos**. 2020. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FARIAS, F. N. A.; LIMA, E. S. (org). **Libras e surdez: conceitos e aplicações na educação de surdos**. São Paulo: Garcia Edizioni, 2018.

GUARINELLO, A. C.; MASSI, G.; BERBERIAN, A. P. Surdez e linguagem escrita: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 2, p. 205-218, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n2/a05v13n2.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LODI, A. C. B. Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 409-424, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a06v31n3>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LUCKESI, C. C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. **Revista Pátio**, ano 3, v. 12, p. 6-11, fe./abr. 2000. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n0nn8nx>. Acesso em: 28 fev. 2020.



MALLMANN, F. M. et al. A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. **Rev. bras. educ. espec**, v. 20, n. 1, p. 131-146, 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382014000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 jan. 2020.

MEC. Conselho Nacional da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001**. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasil: Conselho Nacional da Educação, 2001. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em revista**, n. 41, p. 125-143, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/09.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

OLIVEIRA, W. D.; BENITE, A. M. C. Estudos sobre a relação entre o intérprete de LIBRAS e o professor: implicações para o ensino de ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 15, n. 3, p. 597-626, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/download/4331/2897/>. Acesso em: 28 set. 2020.

PEREIRA, M. C. C. VIEIRA, M. I. S. Bilinguismo e Educação de Surdos. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. XIX, p. 62-67, 2009. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/bilinguismo.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020.

PIRES, H. **Alfabetização de crianças surdas**. Editora Encontro Cultural, 2016.

SOUSA, L. P. F. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROPOSTA DE ESCOLAS EFICAZES**. Rio de Janeiro, 2014.

SOUSA, F. A.; MELO, J. M. P. C. AVALIAÇÃO ADAPTADA NA PERCEPÇÃO DO ALUNO SURDO. In: II CINTEDI, 2016, Campina Grande. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande: Centro de Convenções Raymundo Asfora, 2016. Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD4_SA7_ID3380_13102016193309.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

TENOR, A. C. et al. A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores de um município de São Paulo. **Distúrb Comun**, São Paulo, v. 21 n.1, p. 7-14, abr. 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/277192361_A_inclusao_do_aluno_surdo_no_ensino_regular_na_perspectiva_de_professores_de_um_municipio_de_Sao_Paulo. Acesso em 02 fev. 2020.